Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-OL – 21/10/2022 - 09h00

Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

Membros presentes	
Entidade	**Representante**
ASSEMAE	Tarciani Benedita baia Santos (T)
	Márcio Tonelotti (S)
	Renato Galofaro (S)
BRK Ambiental Limeira	Gláucio Vitorio Madsen (T)
	Daiane dos Santos Cardoso (S)
BRK Ambiental Rio Claro	Guilherme Bertagna da Silva (T)
	Rafaela Amanda Morasco (S)
BRK Ambiental Santa Gertrudes	Daiane dos Santos Cardoso (T)
	Guilherme Bertagna da Silva (S)
BRK Ambiental Sumaré	Gláucio Vitorio Madsen (T)
	Thais Alves da Silva (S)
	Matheus da Silva Nascimento (S)
	Wesley Rodrigo dos Santos (S)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
CIESP - DR Campinas	Mariana Casado (T)
DAAE - Rio Claro	Ricardo Buiocchi Bossi (T)
DAE Jundiaí	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
	Cláudia Debroi de Campos (S)
DAEE	Ariana Rosa Bueno Damiano (S)
	Talita Cassieri Monteiro (S)
Geoblue	Gislaine Trolize (S)
INEVAT	Cecília de Barros Aranha (T)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Tainah Aparecida Martins Baratella (S)
	Lúcia Helena Galdino (S)
P.M. de Cordeirópolis	Adriano Malosso (S)
P.M. de Indaiatuba	Adriano Prochowski (T)
	Roberto Mario Polga (S)
P.M. de Jaguariúna	Paulo Roberto Iamarino (S)
P.M. de Jarinu	Marcos Rogério de Morais Monteiro (T)
P.M. de Limeira	Emerson Frasnelli Mian (T)
	Fábio Leandro Ferraz Peixoto (S)
P.M. de Salto	Rodrigo Henrique Antunes (T)
P.M. de Várzea Paulista	Claudemir Santos Gonçalves (T)
Química Amparo	Helmut Werner Forster (T)
	Paula Mayumi Yamaguti Chikui (S)
	Mariana Casado (S)
SAA	Denis Herisson da Silva (T)
SAAE Atibaia	Claudinei Felício (T)
	Tiago Gomes (S)
SABESP	Vanessa Egídio Pereira (S)
SANASA	Márcio Tonelotti (T)
	Renato Galofaro (S)
SANEBAVI	Luiz Ricardo de Oliveira (T)
	Camila Cristina do Nascimento (S)
SINDAREIA	Jorge Edison Di Rito (S)

Membros ausentes
Entidade
ABCON
AEAA Atibaia e Região
Assoc. Hortifrutiflores de Jarinu
CISBRA
DAE Americana
DAE Santa Bárbara d´Oeste
DAE Valinhos
Dedini S/A
Destra Desenvolvimento Mineral
Edisonda
FRC Ambiental
Mackenzie - Campinas
P.M. de Itatiba
P.M. de Itupeva
P.M. de Louveira
Pró-Flor Atibaia
Renove
Semear Consultoria
Sindicato Rural de Atibaia

Demais Presentes	
Entidade	**Representante**
Agência das Bacias PCJ	Allan Campos do Carmo
	Tiago Georgette
	Kaique Duarte Barretto
ANA	Marco José Melo Neves
DAE	Naiara Mequi Poiate

CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS
Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-OL – 21/10/2022 - 09h00
Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

DAE Jundiaí	Yasmin Rodrigues da Rocha

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos vinte e um dias de outubro de 2022, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 98ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 14 de outubro de 2022, conforme prazo regimental. **2. Abertura da 98ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças.** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Cecília de Barros Aranha, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT) e coordenadora da CT-OL, que agradeceu a presença de todos e informou da existência de quórum em segunda chamada (acima de 33%) para o início da reunião. **3. Informes.** A Sra. Cecilia passou para os Informes. **3.1. Informes da Coordenação da CT-OL.** A Sra. Cecília realizou os seguintes informes da coordenação: **a)** Reunião presencial da CT-OL: relembrou a todos que a próxima 99ª Reunião Ordinária da CT-OL acontecerá de modo presencial e será realizada no Anfiteatro do Parque da Cidade no município de Jundiaí/SP, situado na Rod. João Cereser, Km 66, Pinheirinhos, que fica próximo ao DAE de Jundiaí/SP; **b)** GT-Plano de Ação sobre o Planejamento Estratégico: apresentou um relato dos trabalhos realizados informando que a última reunião acontecerá no dia 21/10/2022, às 14h. O parecer do GT foi elaborado e será aprovado para posterior envio à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. Informou que consta no Parecer: i. Relato das ações que estão sendo discutidas e em desenvolvimento no âmbito das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e da Fundação Agência de Bacia PCJ; ii. O que consta sobre o assunto no Capítulo 5 do Relatório Síntese do Plano de Bacias 2020 a 2035; iii. Ações estratégicas previstas no Relatório final do Plano de Bacias PCJ 2020-2035; iv. Recomendações do GT; **c)** Empreendimentos em processo de análise: informou que no âmbito do GT-Empreendimentos, estão em análise 10 (dez) empreendimentos em diversos municípios das Bacias PCJ, sendo compostos por quatro projetos de loteamentos, quatro empreendimentos de mineração, um empreendimento de abastecimento público e um empreendimento de tratamento de resíduos sólidos. Aqueles que tiverem mais interesse em acompanhar a situação dos documentos, bem como informações deles, pode acessar pelo *link* do GT-Empreendimentos. **3.2. Informes dos membros.** A Sra. Cecília abriu para os membros: **a)** o Sr. Denis Herisson, representante da CATI/SAA, informou, que conforme discutido no item "Outros Assuntos" da reunião anterior, ele realizaria um relato sobre a nova Resolução Conjunta SAA/SIMA nº 04 de 25 de julho de 2022 (*link*). Informou que participou de uma reunião onde houve esclarecimento a respeitos do processo de licenciamento simplificado de pequenas barragens de uso agrossilvopastoril. Informou que a nova legislação não isenta o produtor de apresentar a documentação básica ao Departamento de Água e Energia Elétrica do estado de São Paulo (DAEE); que o produtor deve manter a vazão mínima a jusante considerando a vazão $Q_{7,10}$; informou que a simplificação da legislação não pode ser considerada se o empreendimento estiver em área de remanescente florestal e informou que a faixa da Área de Preservação Permanente (APP) deve ser mantida conforme a regra vigente para a largura do rio. Recomendou a todos que acessem o Guia Prático Para Projetos de Pequenas Obras Hidráulicas, produzido pelo DAEE e que pode ser acessado por meio deste link. **3.3. Informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.** Os informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) foram transmitidos pelo Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ). **a) Alteração de representantes na CT-OL:** o Sr. Tiago informou que entre a última reunião e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representantes de cinco membros: **i. BRK Sumaré** solicitando a inclusão dos Srs. Matheus da Silva Nascimento e Wesley Rodrigo dos Santos como representantes suplentes; **ii. DAAE Rio Claro** solicitando a inclusão da Sra. Sara Hellen Ciamarro Trost como representante suplente; **iii. Química Amparo** solicitando a remoção do Sr. Ian Cerdeira de Oliveira Souza como representante titular e Sra. Regina Vieira como representante suplente, e indicando o Sr.

Helmut Werner Forster para representante titular e as Sras. Paula Mayumi Yamaguti Chikui e Mariana Casado como representantes suplentes; **iv. SANEBAVI** solicitando a alteração do Sr. Luiz Ricardo de Oliveira de representante titular para representante suplente e indicando a Sra. Mara Letelian Leite Reis como representante titular; **v. P.M. de Campo Limpo Paulista** solicitando a remoção da Sra. Maria Karolina da Silva Tamberlini como representante suplente e a inclusão das Sras. Lúcia Helena Galdino e Tainah Aparecida Martins Baratella como representantes suplentes. Como essas alterações são de entidades já participante, o Sr. Tiago destacou que não cabe aprovação havendo apenas a ciência aos demais membros da CT; **b) Retorno da contabilização de presença para exclusão de membros ausentes:** informou que com a aprovação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 421/22, de 04/10/2022, volta a ser contabilizada as presenças e reforçou aos membros que serão excluídos das CTs os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou a quatro alternadas, computadas durante o mandato vigente a partir da reunião de posse, independentemente de haver justificativa de ausência, conforme disposto no Art. 27 da Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, de 30/03/2021 que aprovou o Regimento Geral das CTs. Informou que será enviado nos próximos dias uma comunicação aos membros ausentes para verificar se desejam continuar participando da CT para não gerar exclusões futuras; **c) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** em seguida, foi informado da próxima reunião agendadas da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) que será a 87ª Reunião Ordinária da CT-PL no dia 10/11/22 às 9h, com transmissão ao vivo pelo *YouTube* com *link* a ser disponibilizado na agenda do *site* dos Comitês PCJ; **d) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** informou que estão planejados dois eventos a ser realizados pelas Câmaras Técnicas, sendo eles: **i.** IV Sustentare & VII WIPIS – Workshop Internacional sobre Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos", organizado pelas Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) dos Comitês PCJ, a ser realizada entre os dias 16 e 18/11/22, das 9h às 22h. Para participar é necessário fazer a inscrição pelo *link* <https://www.even3.com.br/sustentare_wipis_2022>. **ii.** 1ª Oficina - Plano Municipal de Segurança da Água da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ que será realizada no dia 25/11, das 9h às 12h. Para participar é necessário fazer a inscrição pelo *link*: <https://cutt.ly/ZcGJY6x>. **4. Aprovação da Ata da 97ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças, realizada em 19/08/22 via videoconferência.** A Sra. Cecília abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta de ata da 97ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças, realizada em 19/08/2022, por videoconferência, sendo submetida aos presentes que entenderam não ser necessária a leitura dela. Assim, a Sra. Cecília colocou em apreciação sendo aprovada por unanimidade. **5. GT – Usos da Água : Apresentação do Tema de "Alocação Negociada de Água na Bacia do Ribeirão Piancó", Anápolis/GO, Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá, Verissimo e afluentes do Rio São Marcos - CBH - CVSM, pelo Ilmo. Senhor Marco José Melo Neves, Superintendente de Regulação de Usos de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA:** Na sequência, a Sra. Cecília passou a palavra para o Sr. Denis Herisson, representante da CATI e coordenador do GT-Usos da Água, que apresentou um relato sobre a discussão do tema alocação de água que está sendo realizada no GT. Na sequência, apresentou e convidou o Sr. Marcos José Melo Neves. Informou que na convocação, foi informada sua função como superintendente de Recursos Hídricos e Saneamento, da Subsecretaria de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES) do estado de Goiás. Mas informou que o Sr. Marcos voltou a atuar nas últimas semanas na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), onde é servidor desde 2010, e que atualmente está atuando como superintendente de Regulação e Usos de Recursos Hídricos. O Sr. Marcos agradeceu a oportunidade e realizou a apresentação "Alocação negociada de água na Bacia do Ribeirão

Piancó", que foi implementada no município de Anápolis/GO, pertencente ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá, Verissimo e afluentes da porção Goiânia do Rio São Marcos (CBH-CVSM). O Sr. Marcos apresentou a localização do Ribeirão Piancó no estado de Goiás e informou a proposta como uma medida de adaptação às mudanças climáticas. Informou que aquela bacia estava em situação de emergência hídrica, que definia a extensão da restrição ou suspensão para o uso da água bruta, com diretrizes dada pelo CBH. Informou que no estado de Goiás, além do Ribeirão Piancó, outros quatro corpos hídricos possuem semelhante restrição. Informou que o instrumento Alocação Negociada vem sendo implementado naqueles cinco pontos críticos, em diferentes estágios de avanço no processo de implantação. A bacia do Ribeirão Piancó possui uma área de 328 km^2 (trezentos e vinte e oito quilômetros quadrados) e abastece cerca de 310 (trezentos e dez) mil moradores, além de ser um importante ponto de produção agrícola de horticultura com pequenos produtores. Apresentou que o processo de alocação e outorgas no Ribeirão Piancó passou pelas seguintes etapas: i. cadastro de usuários; ii. estudo de disponibilidade hídrica; iii. articulação entre os usuários de água; iv. reuniões com vistas à alocação negociada de água; v. homologação das diretrizes para uso e alocação negociada; vi. promoção de chamada para regularização dos usos e usuários; vii. mobilização e orientação aos produtores; viii. celebração do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a ANA para o aprimoramento da outorga no estado Goiás; ix. instalação de três estações telemétricas de monitoramento hidrológico em Pontos de Controle da Alocação. Informou que, por meio de reuniões, os produtores negociaram o momento de uso conforme as características agrícolas do produto plantado. Após a definição de melhores horários por cultura, foi pactuado três estados hidrológicos: i. Azul, com uso do total outorgado; ii. Amarelo, com uso de 100% (cem por cento) para abastecimento e redução de até 15% (quinze por cento) para os demais usos; iii. Vermelho, com redução de até 10% (dez por cento) para o abastecimento e até 75% (setenta e cinco por cento) para os demais usos outorgados. Um sistema de monitoramento em tempo real foi implementado. Com base nesses acordos firmados, o Sr. Marcos informou que foi possível estabelecer e entregar as outorgas de uso dos recursos hídricos para todos os usuários da bacia, pacificando um conflito que estava latente há décadas. A Sra. Cecília agradeceu pela apresentação e abriu para dúvidas e esclarecimentos. O Sr. Denis questionou sobre o financiamento das estações telemétricas e como essas informações são disponibilizadas. O Sr. Marcos informou que duas estações foram adquiridas pela PM de Anápolis/GO com apoio técnico da SEMADES e a outra estação de monitoramento das bombas teve o serviço adquirido pelo SEMADES. Informou que para regiões com a presença de grandes produtores, o serviço será adquirido e mantido pela companhia agrícola. Quanto ao acompanhamento, o Sr. Marcos informou que o SEMADES possui acesso a toda informação, o produtor tem acesso às informações deles e o CBH faz o acompanhamento do processo. O Sr. Denis perguntou se há a necessidade de associação dos produtores estar oficializada para implementar a alocação negociada. O Sr. Marcos informou que não há obrigatoriedade e que o processo de associação é um ponto que gera avanços e retornos, por conta das características associativas de cada grupo. Informou que por isso, não há como gerar uma outorga coletiva por justamente não ter a obrigação de associar-se. A Sra. Cecília questionou como foram as diretrizes do processo emitido pelo CBH, nas questões qualitativas dos recursos hídricos, e como foi o decreto de emergência estabelecido pelo Estado. Questionou também como foi considerada a relação qualidade e quantidade do Ribeirão Piancó. O Sr. Marcos informou que formalmente, o CBH aprovou as diretrizes definindo os riscos de escassez hídrica e que o órgão estabelecesse as ações de controle de captação nas áreas críticas, subsidiando o Estado de Goiás para aprovar os decretos de emergências hídricas. O Sr. Marcos informou que por não haver a outorga de lançamento nos corpos hídricos, ainda não há como mensurar o volume de poluentes e o risco contra o enquadramento do corpo hídrico. A Sra. Cecília questionou como foi a negociação no processo de priorização de uso e qual o

sistema utilizado para a emissão das outorgas. O Sr. Marcos informou que o resultado veio conforme negociação com as partes envolvidas e as priorizações legais como abastecimento humano e dessedentação de animais, e informou que informações como participação no território de culturas anuais e perenes podem subsidiar o processo. Informou que o sistema utilizado é o mesmo da ANA, sendo o Sistema Federal de Regulação de Uso (REGLA). A Sra. Cecília questionou como está sendo realizado o processo de migração das outorgas de papel para o meio digital. O Sr. Marcos informou que esse processo está sendo implementado conforme a situação, sendo que os novos processos já estão migrados, os pedidos de outorga em processo de emissão receberam uma força-tarefa das instituições parceiras para migração e os anteriores já emitidos em papel, sofreram uma transposição dos bancos de dados, ressaltando que é um processo de Tecnologia de Informação e que possui seus desafios de conclusão. A Sra. Cecília informou que essa demanda, nas Bacias PCJ, iniciou-se com um pleito realizado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Indaiatuba/SP e que essa apresentação subsidia futuras discussões. O Sr. Marcos informou que a instalação de pontos de controle em locais bem-posicionados facilita o processo de atingimento dos acordos de alocação pactuados. A Sra. Cecília agradeceu as contribuições e deu prosseguimento na pauta. **6. GT- Enquadramento, comentários gerais sobre o 3º webinar Conversando sobre o Rio Jundiaí, "A importância do patrimônio histórico e cultural para a efetivação do enquadramento do Rio Jundiaí", realizado em 23/09/2022.** A Sra. Cecília convidou a Sra. Maria Carolina Hertel Dutra e Simões, representante do DAE Jundiaí e coordenadora do GT-Enquadramento para apresentar mais informações da realização do *webinar*. A Sra. Maria Carolina informou aos membros que ocorreu a 3ª edição do webinário no dia 23 de setembro de 2022 e que teve boa participação de representantes dos municípios pertencente à Bacia do Rio Jundiaí. Informou que a versão de 2022 esteve dentro da programação dos eventos do mês do Rio Jundiaí e destacou a importância do rio para a história e cultura regional, principalmente para o município de Jundiaí/SP e que o evento contou com o apoio dos professores da FATEC de Jundiaí/SP. Para aqueles que não puderam acompanhar, podem assistir o evento por meio da plataforma do *Youtube* pelo *link* <https://www.youtube.com/watch?v=FQe2JlpJk0A>. A Sra. Claudia Debroi, representante do DAE Jundiaí, complementou informando que diversas instituições, principalmente acadêmicas, retornaram buscando mais informações sobre o processo de enquadramento de corpos hídricos, o que pode contribuir para a ação de efetivação do enquadramento do Rio Jundiaí. O Sr. Jorge di Rito, representante do Sindareia, parabenizou a importante discussão sobre o rio como sujeito de direitos, apresentado pelo Dr. Rodrigo Sanches, enfatizando o cuidado necessário que o rio demanda. A Sra. Cecília agradeceu as contribuições, reforçou a importância da sequência de eventos de difusão dessas informações para a efetivação do processo de reenquadramento e deu prosseguimento na pauta. **7. Outros assuntos.** A Sra. Cecília abriu para outros assuntos, mas não houve demanda dos membros **8. Encerramento:** Nada mais havendo a discutir, a Sra. Cecília de Barros Aranha e a Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano agradeceram a presença de todos e foi dada por encerrada a 98ª Reunião Ordinária, reforçando que a próxima reunião acontecerá de modo presencial no município de Jundiaí/SP.

Cecília de Barros Aranha
Coordenadora da CT-OL

Ariana Rosa Bueno Damiano
Coordenadora-adjunta da CT-OL